

O FUTURO DAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E A EUROPA

OPORTUNIDADES E DESAFIOS*

Ma Zhengang

O ano de 2005 marcou o 30.º aniversário das relações diplomáticas entre a China e a União Europeia (UE). Há dois anos, ambas as partes resolveram reforçar as suas relações bilaterais, transpondo-as para uma parceria estratégica global. Para muitos, essa evolução constituiu não-somente um grande incentivo como abriu novas expectativas quanto ao futuro das relações sino-europeias. Houve mesmo quem alegasse que a China e a UE tinham entrado em fase de lua-de-mel. Acontece que o caminho da cooperação nem sempre é um mar de rosas. A UE não levantou o seu embargo militar em relação à China na altura esperada. Depois, surgiu o conflito sobre o comércio dos têxteis.

Nada disso é particularmente estranho, se se olhar para as relações entre a China e a Europa de forma realista. Se a parceria estratégica entre a China e a UE abre imensas oportunidades para ambas as partes, é certo que também comporta desafios.

FUNDAMENTOS DE UMA PARCERIA ESTRATÉGICA GLOBAL ENTRE A CHINA E A UE

«Parceria estratégica» não é um termo em voga, pelo contrário, trata de definir as relações entre dois importantes parceiros no quadro de uma cooperação. As relações entre a China e a UE apenas alcançaram esse estádio quando as condições atingiram a maturidade necessária. Em primeiro lugar, cada parte, por si só, tem a capacidade de ser uma potência mundial influente; em segundo, a sua cooperação assume uma importância vital e, no limite, tornou-se imprescindível para os interesses fundamentais de uma e de outra, além de ter margem para se expandir ainda mais; e, em terceiro, ambas as partes querem trabalhar juntas para o bem da comunidade internacional e para a paz e o desenvolvimento no mundo.

Politicamente, a China e a UE partilham uma infinidade de interesses comuns, nomeadamente como forças políticas emergentes ou ressurgentes. Entre ambas as partes, as questões legadas pela história foram adequadamente resolvidas. A geopolítica não representa nenhum problema directo, de qualquer tipo, nas relações sino-europeias. De uma maneira geral, não existe nenhum conflito de interesse fundamental entre a China

e a Europa, e nenhuma delas representa uma ameaça para a outra. As suas relações estão isentas de competição estratégica ou de rivalidade.

Economicamente, quer a China quer a UE são economias de relevo no mundo, e são altamente complementares. Após um crescimento constante durante um quarto de século, a China tornou-se na sexta maior economia em termos de PIB, sendo hoje em dia o terceiro maior parceiro comercial do mundo. A China tem apostado na modernização, pese embora muitas áreas carecerem ainda de maior desenvolvimento. Com uma vasta população de 1,3 mil milhões, o poder de compra da China está a tornar-se cada vez mais forte. Estes dois elementos conjugados fazem com que a China seja um amplo mercado para os países da UE tal como para o resto do mundo. A China possui uma abundante mão-de-obra, bem como sólidos alicerces técnicos e científicos, os quais favorecem as condições de cooperação com a UE. Por outro lado, muitos estados-membros da UE são países com economias altamente desenvolvidas, fortes recursos financeiros e tecnologias de ponta. Após se ter alargado a vinte e cinco países, a força económica da UE aumentou muito. Hoje em dia, o seu PIB combinado ultrapassa os 10 mil milhões de dólares americanos e o volume total do seu comércio externo excede o dos Estados Unidos. A UE é hoje o maior parceiro comercial da China e um grande fornecedor em termos de investimento, tecnologia e serviços.

Tanto a China como a Europa beneficiaram muito do rápido crescimento da cooperação nos últimos trinta anos. Acredito que as possibilidades de aprofundar essa cooperação são vastas.

Social e culturalmente, quer a China quer a Europa têm uma longa história, uma cultura notável e valores sociais enraizados em ricas tradições. A civilização chinesa estende-se, inabalável, por um longo percurso de cinco mil anos. Muitos dos seus valores morais, tais como o amor pela paz, a procura da liberdade e a resistência à violência, ou ainda o respeito pelos idosos, a lealdade aos amigos, o arraigado sentido de família, a noção de respeito mútuo nas relações humanas, a necessidade de cultivar o indivíduo, a dedicação ao trabalho, a integração Homem/Natureza, a consulta em detrimento do confronto, são transmitidos geração após geração na China. A civilização europeia, composta pelo contributo de cada Estado, é rica e valiosa quanto aos padrões sociais. Na realidade, as duas civilizações partilham muitas maneiras de pensar. Por exemplo, o conceito de «liberdade, igualdade e fraternidade» tem uma versão congénere na civilização chinesa. O longo fio da história fez com que homens e mulheres de letras, na China e na Europa, legassem à sociedade humana, no seu conjunto, um grande número de obras criativas. Podemos tornar a nossa vida mais rica e mais civilizada incrementando os nossos intercâmbios mas também graças ao processo de emulação mútua.

Internacionalmente, a China e a Europa vivem num mundo em grandes mudanças. Por um lado, a população mundial deseja paz, desenvolvimento e cooperação; a paz e a estabilidade têm-se mantido como um todo e, globalmente, tem havido grandes progressos. Por outro, o mundo continua cheio de problemas e incertezas; persistem sérias ameaças,

convencionais ou não, à segurança, enquanto a pobreza e o atraso ainda flagelam uma parte substancial da população, em praticamente todos os cantos do mundo. Na sua qualidade de actores principais na cena mundial, recaem sobre a China e a UE pesadas responsabilidades em relação à comunidade internacional. Por certo, a China e a UE nem sempre olham para as coisas da mesma maneira, e têm frequentemente abordagens divergentes relativamente a uma mesma questão. Mas o seu terreno de entendimento comum supera largamente os seus desacordos. Nem a China nem a UE têm uma ambição desmesurada de dominação mundial e ambas preferem o multilateralismo ao unilateralismo. Posicionam-se a favor da democracia nas relações internacionais e do incremento do papel das Nações Unidas. Ambas estão empenhadas na manutenção da paz e da estabilidade mundiais, no combate ao terrorismo internacional e na promoção do desenvolvimento sustentável, envidando esforços para erradicar a pobreza e proteger o ambiente.

NEM A CHINA NEM A UE TÊM UMA AMBIÇÃO
DESMESURADA DE DOMINAÇÃO MUNDIAL
E AMBAS PREFEREM O MULTILATERALISMO
AO UNILATERALISMO.

Todos estes elementos, creio, constituem uma base sólida para alicerçar solidamente as abrangentes relações de parceria estratégica China – UE. É verdade que tanto a China como a UE podem contribuir para beneficiar as suas populações respectivas e a população do resto do mundo agindo por si só; contudo, podem consegui-lo com maior êxito unindo as mãos.

OS PRINCIPAIS DESAFIOS NAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E A UE

Como em tudo na vida, há sempre o reverso da medalha. A parceria estratégica cria múltiplas oportunidades no quadro de uma cooperação mutuamente benéfica para a China e para a UE. Mas, de igual modo, coloca diversos desafios. A Comissão Europeia divulgou cinco documentos de orientação política relativos à China. No último, publicado em 2003, apela ao pleno estabelecimento de uma parceria estratégica entre a China e a UE e, enquanto salienta a necessidade de desenvolver esse tipo de relacionamento, identifica também alguns desafios. Paralelamente, no mesmo ano de 2003, o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês também publicou um documento sobre as relações com a União Europeia.

Há quatro aspectos fulcrais que precisam de ser reexaminados atempadamente. Em primeiro lugar, qual o grau de confiança mútua entre a China e a Europa? A parte chinesa está vinculada a uma «parceria global, estável e a longo prazo com a UE». De um modo geral, a população chinesa acalenta sentimentos de amizade para com os europeus, mau grado vários estados europeus terem provocado inenarráveis danos à China no seu processo histórico. Todavia, hoje, compreendem melhor a Europa. Um bom exemplo disso é o facto de os chineses não terem manifestado grandes dúvidas quanto ao alargamento da UE. Interessaram-se genuinamente pelo processo de integração da UE e sentiram-se

preocupados com o «não» à Constituição Europeia, em França e nos Países Baixos. A razão explica-se facilmente: os chineses vêem a Europa como o seu parceiro de confiança. Resta saber como tratam os europeus a China?

Ao longo da história, alguns europeus olharam a China com grande preocupação. Quem não se recorda da expressão «perigo amarelo», como lhe chamava o último imperador prussiano, ou a referência de Napoleão ao «leão adormecido» que poderia abalar o mundo? Nos primórdios da República Popular da China, muitos países da Europa acreditaram na teoria da «ameaça comunista» e alinharam-se com os Estados Unidos no sentido de isolar e bloquear a nova China. Claro, tudo isso desapareceu e já não é mais do que um apontamento histórico. A atitude geral da Europa para com a China mudou e muito. Contudo, alguns europeus ainda têm réstias dessa velha mentalidade. Em vez de considerarem a China como um parceiro estratégico em que vale a pena confiar, vêem-na como um país de outro género porque, alegam eles, a China não é «uma democracia». Muitos, inclusive, teriam a veleidade de «remodelar a China» segundo o padrão ocidental. Quando a China dá cartas em termos de desenvolvimento, de repente sentem-se pouco à-vontade e volta-lhes à mente esse velho medo do «perigo chinês». Embora essas pessoas constituam uma minoria, exercem influências negativas que não podem ser tomadas de ânimo leve. A questão de o embargo militar imposto à China há quinze anos ser levantado é disso exemplo. A partir do momento em que a UE resolveu desenvolver uma relação de parceria estratégica global com a China, supunha-se que tomaria as medidas necessárias para remover todos os obstáculos políticos, como seja o embargo. Aliás, entendo ser essa uma obrigação por parte da UE, e não uma reivindicação da China, pois constitui um símbolo de discriminação política em relação a um parceiro estratégico. A China realizou enormes progressos no capítulo dos direitos humanos nos últimos quinze anos e não tem cabimento invocar os direitos humanos para prolongar o embargo. Os chineses compreendem com certeza a pressão das forças externas, mas, sinceramente, a vontade e a determinação da UE suscitam dúvidas.

Estou profundamente convencido que cimentar a confiança mútua é o nó-górdio para implementar todas as vertentes desta abrangente parceria estratégica China – UE, no verdadeiro sentido do termo.

Em segundo lugar, qual é a melhor forma de a China e a UE gerirem as suas divergências? As suas diferenças devem ser vistas em função do contexto histórico, do património cultural, dos costumes e tradições sociais, dos sistemas políticos e dos patamares de desenvolvimento económico. É natural que a China e a UE tenham posições diversas ou mesmo divergentes em relação a determinadas questões. O documento de orientação política do Ministério dos Negócios Estrangeiros salienta-o: «todavia, o relacionamento de confiança mútua e benefício mútuo entre a China e a UE não pode nem será abalado desde que as duas partes tratem os seus desacordos num espírito de igualdade e de respeito mútuo.»

A China tem antecedentes histórico-políticos distintos dos países europeus. Após a revolução burguesa, muitos países da Europa estabeleceram um sistema político multipartidário, em consonância com o desenvolvimento natural das suas sociedades respectivas. Na China, o sistema feudal perdurou durante mais de dois mil anos. Em seguida, a China foi empurrada para uma sociedade semifeudal e semicolonial. A revolução de 1911, que derrubou o último imperador da China, não conseguiu alterar substancialmente o destino da população chinesa. Sob o jugo dos senhores da guerra e das forças imperialistas estrangeiras, a população chinesa sofreu amargos reveses. Foi preciso esperar pela chegada do Partido Comunista para que a população chinesa se pudesse erguer e assumir realmente as rédeas do seu destino. A China é um vasto país e, além das cinquenta e seis etnias distintas que compõem a sua imensa população, existem condições sociais complexas. O povo chinês considera absolutamente necessário contar com uma força política forte para poder unir toda a nação, construir uma sociedade justa e harmoniosa, e trabalhar para a melhoria da vida, em termos políticos, materiais e culturais. Essa linha corresponde à opção do povo chinês, em conformidade com as condições objectivas que vigoram na China. A democracia depende mais do fundo do que da forma. Os factos históricos mostram à sociedade que um sistema multipartidário não resolve necessariamente todos os tipos de maleitas sociais, nem provam que outros sistemas políticos levem forçosamente à tirania. A China advoga a cooperação multipartidária, e refira-se, em abono da verdade, a existência de mais oito partidos políticos na China, a participação do povo na governação, bem como na supervisão do governo. Sem dúvida, haverá muitas imperfeições e necessidade de melhorar ainda mais. Impor um sistema político a um país sem atender às suas condições próprias pode levar à catástrofe, nomeadamente num país como a China. Na sua qualidade de parceiros estratégicos, a China e a UE deveriam aprender a respeitar-se uma à outra.

Na história moderna, a China também viveu uma experiência inédita, embora diferente comparativamente à dos países europeus. Tendo sido vítima de agressão e humilhação externa, a China deseja, por maioria de razão, uma ordem política e económica à escala internacional, que seja racional e justa, e repudia a hegemonia e a política da força. Por partilhar um destino idêntico, a China percebe bem as aspirações dos países em desenvolvimento, como as escolhas da política externa da China têm demonstrado. Os direitos humanos são importantes em qualquer país, mas o direito ao desenvolvimento e o direito à sobrevivência são ainda mais prementes para os países em desenvolvimento. Muitas disparidades entre a China e a Europa derivam não apenas dos seus percursos históricos diversos e de condições sociais objectivas, mas também da falta de com-

TENDO SIDO VÍTIMA DE AGRESSÃO E HUMILHAÇÃO EXTERNA, A CHINA DESEJA, POR MAIORIA DE RAZÃO, UMA ORDEM POLÍTICA E ECONÓMICA À ESCALA INTERNACIONAL QUE SEJA RACIONAL E JUSTA.

preensão mútua. É nocivo tentar impor as ideias de uma das partes às demais. O caminho certo consiste em melhorar o entendimento mútuo e gerir as diferenças num espírito de respeito e igualdade mútuos.

Em terceiro lugar, como podem a China e a UE tratar alguns conflitos de interesse apostando numa cooperação económica crescente, em que ambas as partes ganhem com isso? Em 2003, o comércio bilateral entre a China e os países da UE cifrava-se em 125,2 mil milhões de dólares americanos, mais do dobro em relação a 1999. O volume total de trocas comerciais saltou para 177,28 mil milhões de dólares americanos, pendendo a balança a favor da China em 60 mil milhões. Caso se incluísse o comércio paralelo, verificar-se-ia uma redução drástica do défice comercial da Europa. A UE é o quarto maior investidor na China. Só no ano de 2003, o investimento directo da Alemanha cifrou-se em 860 milhões de dólares americanos, o do Reino Unido em 740, o dos Países Baixos em 730, o da França em 600, o da Itália em 320, e o do Luxemburgo em 180 milhões de dólares americanos. A cooperação económica entre a China e a UE, em todos os domínios, fomentou-se rapidamente pelo simples facto de ambas as partes daí obterem benefícios reais.

Porém, vários aspectos afectaram negativamente a cooperação económica China – UE. Mesmo depois de ter aderido à Organização Mundial do Comércio, a Europa continua a negar à China o estatuto de economia de mercado e o rol de acusações de *dumping* contra a China aumentou.

Quando a cooperação atinge tamanha escala, é forçoso que determinados conflitos de interesse entre as duas partes desponham de vez em quando. A maneira certa de tratar esse problema passa, antes de mais, por ponderar de um modo equilibrado todas as dimensões envolvidas no quadro da cooperação económica, sem se cingir apenas a um ou outro aspecto. Por outro lado, há que resolver os conflitos de acordo com as regras da OMC, sem recorrer a meios proteccionistas. O recente diferendo comercial em torno dos têxteis é um caso a ter em consideração. O termo de caducidade do Acordo Multifibras foi estabelecido há dez anos e a Europa teve tempo suficiente para reformar as indústrias do sector têxtil e enfrentar a mudança. Mas a UE furtou-se a tomar medidas nesse sentido, pouco fez senão usar extensamente a prática das quotas no comércio têxtil até ao

derradeiro minuto. Pouco tempo depois da remoção do sistema de quotas e face ao aumento da exportação chinesa de têxteis, a UE atirou todas as culpas para cima da China e assumiu uma postura proteccionista.

É VERDADE QUE A EXPORTAÇÃO DE TÊXTEIS CHINESES PARA A EUROPA TEVE UMA ELEVADA MARGEM DE CRESCIMENTO NOS PRIMEIROS MESES DE 2005, MAS ISSO NÃO É FRUTO DO ACASO.

É verdade que a exportação de têxteis chineses para a Europa teve uma elevada margem de crescimento nos primeiros meses de 2005, mas isso não é fruto do acaso. Durante muito tempo, a UE tinha imposto restrições severas sobre os têxteis chineses, pelo que se afigurava normal que, aquando da eliminação das quotas, a taxa de

crescimento fosse alta. Mas o volume real não é assim tão surpreendentemente exagerado. Desde logo, o comércio têxtil representa apenas sete por cento da balança comercial China – UE. Segundo, muitos bens de exportação chineses são produzidos por empresas que pertencem a estrangeiros ou *joint-ventures*; negócios detidos por capitais externos, importadores e retalhistas inclusive, recolhem a parte de leão quando se fala de lucros. A título de exemplo, por cada peça de malha exportada a China obtém somente cerca de um décimo do lucro. Terceiro, a China apenas goza de alguns benefícios quanto à exportação de têxteis, em detrimento de muitas outras actividades. Para aderir à OMC, a China teve de abrir o seu sector dos serviços, o comércio de produtos agrícolas e outros segmentos de mercado. Não é justo que os EUA e a UE usufruam das grandes vantagens daí decorrentes e privem a China da pequena situação de favor de que goza ao nível dos têxteis. Quarto, como é do conhecimento de todos, a indústria têxtil está a perder competitividade. Ao abrigo das regras do comércio internacional, é errado tomarem-se medidas proteccionistas. A China pode apenas tirar partido de algumas capacidades concorrenciais no campo laboral em sectores, como o dos têxteis, dependentes de mão-de-obra intensiva, enquanto os países desenvolvidos estão numa posição de vantagem absoluta em todos os ramos tecnológicos. Na China, a indústria têxtil representa 19 milhões de empregos com baixos salários. Não se pode desdenhar a subsistência de uma parte tão significativa da população.

Enquanto parceiro comercial responsável, a China tem, com efeito, tomado medidas para controlar a exportação de têxteis rumo à Europa e aos Estados Unidos desde o primeiro dia do corrente ano. Mais tarde, a China decidiu aumentar os direitos pautais sobre a exportação de setenta e quatro artigos têxteis e introduziu um imposto à exportação de linho. Todas estas acções positivas por parte da China foram ignoradas e obrigaram-na a anunciar que abolia o imposto sobre a exportação de oitenta e um artigos têxteis. Afortunadamente, a China e a UE alcançaram um acordo vantajoso para ambas as partes em tempo útil. Mas, se a parte europeia se recusar a rever a sua postura, ninguém pode garantir que não surjam conflitos relativamente a outros bens comerciais.

Em quarto lugar, como podem a China e a UE gerir a interacção por parte de terceiros, mormente dos Estados Unidos da América, no quadro do alargamento das suas relações? A parceria estratégica China – UE não visa contrapor-se a nenhuma entidade terceira nem a nenhum país, pretende apenas servir os interesses fundamentais de ambas as partes. No entanto, num mundo globalizado, ninguém escapa às influências externas, especialmente por parte da única superpotência mundial, os Estados Unidos, sejam elas positivas ou negativas. A questão relativa ao levantamento do embargo militar da UE sobre a China tem um travo amargo. E outros casos poderiam dar-se no futuro. Em termos gerais, o maior problema não é a China, a verdadeira dificuldade reside na atitude da parte europeia.

Em suma, as futuras relações de cooperação entre a China e a UE estão repletas de oportunidades e as perspectivas são resplandecentes. Mas as duas partes têm de gerir os desafios por forma a permitir o avanço sem escolhos da parceria estratégica. ^{R1}

TRADUÇÃO: PATRÍCIA ROMAN

■ ■ ■ **NOTA**

* Apresentado no Encontro da Arrábida «A China e a Europa», realizado no Convento da Arrábida, de 15 a 17 de Junho de 2005.